



CONGRESSO DERRUBA VETOS DE LULA E RETOMA JABUTIS QUE ELEVAM CONTA DE LUZ

O Congresso derrubou nesta terça-feira (17) vetos do presidente Lula (PT) a diferentes jabutis de uma lei que versa sobre o investimento em eólicas em alto-mar (offshore). A decisão dos parlamentares beneficia empresários do setor e eleva a conta de luz do brasileiro.

Os vetos derrubados nesta terça podem custar ao todo R\$ 197 bilhões na conta de luz até 2050, nas contas da Abrace (Associação dos Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres). A fatura pode ficar ainda mais alta após a análise de itens que foram adiados.

Ciente do risco de derrota total na discussão, o

governo cedeu nos últimos meses em parte dos itens para tentar preservar o veto ao trecho de maior prejuízo ao consumidor: a contratação de usinas a gás com 70% de inflexibilidade (regime em que operam de forma contínua, mesmo sem necessidade).

Caso derrubado esse ponto, seria destravada a contratação de termelétricas vistas por associações de consumidores como caras e poluentes. Só esse trecho poderia elevar a conta de luz em R\$ 306 bilhões até 2050, segundo a consultoria PSR.

A parte principal da discussão sobre termelétricas foi adiada, mas mesmo assim foi derrubado o veto a uma pequena parte que

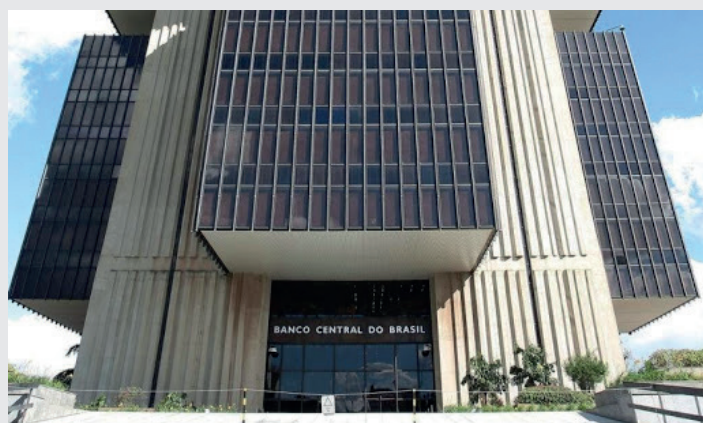
garante a contratação dessas e outras usinas para os próximos anos. Esses empreendimentos podem ser ainda mais beneficiados a depender da análise futura de outros pontos do texto (como o que eleva o preço-teto para a contratação das usinas).

Na sessão, o Congresso derrubou vetos que beneficiam empreendimentos de PCHs (pequenas centrais hidrelétricas), etanol, eólicas e dão outros incentivos a fontes renováveis. Em todos esses pontos, o governo argumentava diferentes motivos para que as propostas não virassem lei - como o aumento das tarifas e a ausência de interesse público.

Folhapress



DESTAQUES DO DIA



BC inicia decisão dos juros com mercado dividido; Fed deve manter taxa

Motta defende relator neutro para CPMI do INSS e marca reunião para decidir sobre decreto do IOF

Moraes nega pedido de Bolsonaro para anular delação de Mauro Cid

Política do BPC e fraudes explicam aumento de beneficiários, diz economista



Trump exige rendição do Irã e ameaça matar líder supremo



NO MUNDO

Trump exige rendição do Irã e ameaça matar líder supremo



Assumindo de vez o protagonismo político na guerra entre Israel e o Irã, o presidente Donald Trump exigiu que a teocracia persa se renda incondicionalmente. Também afirmou que o líder do regime, aiatolá Ali Khamenei, é "um alvo fácil", mas que os Estados Unidos não irão matá-lo "ao menos não por enquanto".

A ameaça pouco sutil foi publicada na rede Truth Social, e veio depois de Trump ter dito para todos os moradores de Teerã deixarem a cidade na véspera. Ele também afirmou que não está trabalhando por um cessar-fogo entre o Irã e Israel, e sim pelo "fim da

guerra", que veio na forma de ultimato.

"Nós sabemos exatamente onde o dito 'líder supremo' está escondido. Ele é um alvo fácil, mas está a salvo lá. Nós não vamos matá-lo (matar!), ao menos não por enquanto. Mas não queremos mísseis disparados contra civis ou soldados americanos. Nossa paciência está acabando", escreveu. Logo depois, completou com maiúsculas: "RENDIÇÃO INCONDICIONAL".

Trump propositadamente fala com se os EUA, e não Israel, estivessem em guerra, embora confunda as coisas ao falar em soldados americanos ele já havia dito que qualquer retaliação contra alvos de Washington

seria uma declaração de guerra.

A entrada ativa dele no conflito que eclodiu quando o Estado judeu atacou a teocracia islâmica na sexta passada (13) mudou o cenário político da guerra, que viu uma noite com uma troca um pouco menos intensa de ataques de lado a lado nem por isso menos mortífera, como as 24 vítimas iranianas relatadas comprovam.

Nesta manhã de terça, antes de ameaçar a Khamenei, Trump havia continuidade a seu fluxo de pensamento algo caótico acerca do que pretende fazer. Ele havia escrito que o não procurou o Irã para discutir a paz de nenhuma forma.

Igor Gielow/Folhapress

Ataque cibernético afeta um dos principais bancos públicos do Irã

O Banco Sepah, um dos principais bancos estatais do Irã, teve os serviços paralisados após um ataque cibernético nesta terça-feira (17), segundo a agência de notícias Fars.

Serviços online da instituição foram interrompidos. "Um ataque cibernético afetou a infraestrutura do Banco Sepah, causando interrupções nos serviços online da instituição", afirmou a agência Fars.

Os sistemas do banco também são conectados a postos de gasolina, que também foram afetados pelo ataque. A agência não comentou sobre os responsáveis pelo ataque.

Pelas redes sociais, os

ativistas anti-regime do grupo "Gonjeshke Darande" (Pardal Predador, em tradução livre) reivindicaram o ataque. Eles afirmaram ter destruído todos os dados do Banco Sepah.

"O 'Bank Sepah' era uma instituição que burlava sanções internacionais e usava o dinheiro do povo iraniano para financiar os representantes terroristas do regime, seu programa de mísseis balísticos e seu programa nuclear militar. É isso o que acontece com instituições dedicadas a sustentar as fantasias terroristas do ditador. Agradecemos aos corajosos iranianos cuja ajuda tornou essa operação possível", disse Gonjeshke Darande, no X.

Folhapress



Justiça argentina concede prisão domiciliar para ex-presidente Cristina Kirchner



Após mais de uma semana de espera, a Justiça da Argentina concedeu nesta terça-feira (17) prisão domiciliar à ex-presidente Cristina Kirchner, que teve sua pena de seis anos confirmada na última semana pela Suprema Corte do país.

Cristina Kirchner, presidente da Argentina por dois mandatos (2007-2015), pedia para cumprir a sentença de seis anos de prisão, por administração fraudulenta em prejuízo do Estado, em sua casa, em Buenos Aires. Sua defesa também pedia que ela não precisasse usar tornozeleira eletrô-

nica, o que a Justiça negou.

A legislação penal argentina permite que pessoas com mais de 70 anos Cristina tem 72 tenham acesso ao benefício da prisão domiciliar, desde que cumpram determinadas condições e sejam autorizadas pelo tribunal correspondente.

Antes que a Justiça se pronunciasse, os promotores federais Diego Luciani e Sergio Mola haviam recomendado que o pedido de prisão domiciliar da ex-presidente Cristina Kirchner fosse negado. Em um parecer que já era esperado, os promotores apontaram que um outro condenado

no mesmo caso, o ex-secretário de Obras Públicas José López, ficará na prisão de Ezeiza (na Grande Buenos Aires).

Na semana passada, a ex-presidente anunciou que iria se apresentar ao tribunal na quarta-feira (18), quando termina o prazo para que comece a cumprir sua pena de seis anos, confirmada pela Suprema Corte da Argentina. Em sua conta no X, ela afirmou que não é parte da "direita mafiosa" que se esquia das ordens judiciais e alegou que sempre cumpre suas obrigações perante a Justiça.

Folhapress

DATA
MERCANTIL

São Paulo

◆ JORNAL DATA MERCANTIL LTDA.
CNPJ nº 35.960.818/0001-30
Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000

◆ Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br

◆ EDITORIAL: Daniela Camargo
◆ COMERCIAL: Tiago Albuquerque
◆ Serviço Informativo: FolhaPress, Agência Brasil, Senado, Câmara, Istoé-Dinheiro, Notícias Agrícolas.

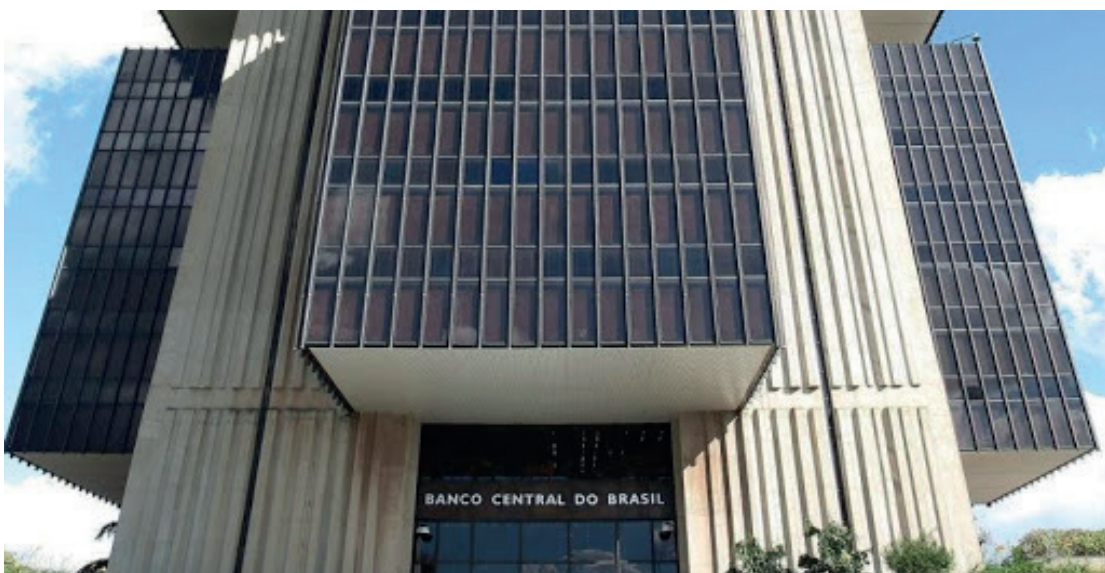
Rodagem:
Diária

Fazemos parte
da



ECONOMIA

BC inicia decisão dos juros com mercado dividido; Fed deve manter taxa



Autoridades monetárias dos Estados Unidos e do Brasil iniciam nesta terça-feira (17) o primeiro dos dois dias de debates para definir os próximos passos dos juros, com analista prevenindo a manutenção das taxas nos níveis atuais.

As decisões do Federal Reserve (Fed) e do BC serão publicadas nesta quarta-feira (18), com a expectativa de que os juros sejam mantidos entre 4,25% e 4,5% nos EUA e 14,75% no Brasil.

Segundo a ferramenta FedWatch, do CME Group, que monitora as expectativas do mercado, 99,8% dos agentes apostam em manutenção nesta reunião do Fed. A percepção é de que

os juros norte-americanos devem voltar a baixar em setembro, para quando 57,2% dos investidores preveem juros entre 4% e 4,25%.

A nova rodada de debates dos juros ocorre em meio a um cenário de incerteza no cenário internacional com a recente troca de ataques entre Israel e Irã e os efeitos que a continuidade ou escalada dos conflitos terão no preço do petróleo.

A nova frente de tensão toma o lugar dos temores da disputa comercial entre Washington e Pequim, que arrefeceram nas últimas semanas após sinais para a formulação de um acordo entre as duas superpotências.

Ainda assim, as incertezas quanto ao impacto

econômico que as tarifas podem ocasionar na economia mundial seguem no radar dos investidores.

O cenário doméstico também apresenta sinais dúbios: enquanto o mercado de trabalho segue aquecido - tendendo para nova alta da Selic -, dados da atividade econômica no primeiro semestre já dão sinais de desaceleração em reflexo ao recente ciclo de alta dos juros.

Com isso em mente, o Itaú pondera que deve seguir mantendo o tom de cautela e data dependent - mantendo a flexibilidade para o comitê tomar decisões com base nos dados econômicos que virão a cada reunião.

CNN

Em crise financeira, Correios vão receber R\$ 4 milhões por atender a beneficiários do INSS

Os Correios vão receber R\$ 4,03 milhões pelo atendimento prestado a beneficiários do INSS que sofreram descontos indevidos de mensalidades associativas.

O contrato prevê o pagamento de R\$ 7,90 por atendimento e foi pactuado sob a justificativa de agilizar o serviço para a população prejudicada pelas fraudes, mas também representa uma receita adicional para os Correios num momento em que a estatal enfrenta dificuldades financeiras.

Segundo o INSS, 510 mil contestações foram feitas por meio do serviço postal. O número total de atendimentos, por sua vez, é maior (mais de 900 mil), mas a remuneração será devida apenas nos casos ligados aos descontos associativos indevidos.

A decisão do INSS de terceirizar parte do atendimento aos beneficiários enfrenta críticas internas.

Representantes do órgão avaliam que o próprio instituto deveria fazer uma força-tarefa e abrir as agências em horário estendido para prestar o serviço à população.

Hoje, no entanto, parcela significativa dos servidores do órgão trabalha de forma remota e resiste a retomar as tarefas presenciais. Por isso, integrantes do governo defensores da solução via Correios afirmam que forçar o atendimento presencial nas agências próprias do INSS poderia ampliar a crise e levar até mesmo a uma greve.

Procurados, INSS e Correios responderam à reportagem com um comunicado idêntico. A nota confirma que o atendimento vem sendo prestado por meio de um contrato no âmbito do programa Balcão do Cidadão (que também aceita pedidos de auxílio-doença via Atestmed), mas não informa os valores envolvidos.

Idiana Tomazelli/Folhapress



Política do BPC e fraudes explicam aumento de beneficiários, diz economista

O Benefício de Prestação Continuada (BPC) tem sido uma das despesas que mais cresceram no Orçamento Federal nos últimos anos. Em apenas 31 meses, o número de beneficiários aumentou 33%, adicionando 1,6 milhão de pessoas ao programa. Esse crescimento expressivo tem pressionado significativamente as contas públicas brasileiras.

Gabriel Barros, economista-chefe da ARX Investimentos, explica que o impacto desse aumento é substancial, envolvendo dezenas de bilhões de reais.

Ele aponta dois fatores principais para esse crescimento descontrolado: problemas no desenho da política do BPC e a ocorrência de fraudes.

Barros destaca que uma das questões centrais é a idade para receber o BPC, que é a mesma da aposentadoria por idade (65 anos), com a diferença de que o beneficiário do BPC não precisa ter contribuído. "Tem um problema de desenho, mesmo da regra", afirma o economista.

Além disso, tentativas recentes de ajustar os critérios do BPC, como parte de um pacote fiscal proposto

pelo governo, não foram adiante no Congresso. Propostas como apertar o critério de renda e limitar a quantidade de beneficiários de uma mesma família foram retiradas.

O economista também aponta para a existência de fraudes como um fator significativo no aumento de beneficiários. A falta de um sistema integrado de dados dificulta o controle efetivo da concessão de benefícios. "O governo não tem um grande banco de dados que permita cruzar por CPF os benefícios que estão sendo concedidos para cada pessoa", explica Barros.

CNN



POLÍTICA

Motta defende relator neutro para CPMI do INSS e marca reunião para decidir sobre decreto do IOF



O presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB), defendeu para deputados de oposição a escolha de um relator "neutro" para a CPMI (Comissão Parlamentar Mista de Inquérito) do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social).

Para ele, o responsável por conduzir as investigações não pode ser ligado ao governo ou à direita, para ter liberdade para apurar os reais responsáveis pelos desvios em aposentadorias e pensões.

A leitura do requerimento de abertura da CPMI deve ocorrer em sessão do Congresso nesta terça-feira

(17), com instalação somente no segundo semestre.

Motta deve indicar o relator, responsável por elaborar o parecer e conduzir a linha de investigação. Já o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP), deve escolher o presidente, que marca os depoimentos e decide quais requerimentos serão pautados.

O governo trabalha para que a deputada Tabata Amaral (PSB-SP) assuma a relatoria, como uma das subscritoras do pedido de CPMI, e que o senador Omar Aziz (PSD-AM) seja o presidente.

Para a oposição, esses nomes são muito gover-

nistas e é preciso garantir alguém independente nas funções. "Não pode ser uma CPMI chapa branca, com integrantes governistas. Tem que ter ali deputados e senadores que queiram entender o todo", disse o líder da oposição, deputado Luciano Zucco (PL-RS).

A defesa de Motta por uma relatoria neutra ocorreu em café da manhã com deputados da oposição. O presidente da Câmara saiu sem falar com a imprensa.

Esse foi o primeiro encontro de Motta com a oposição, e ele prometeu receber o grupo semanalmente ou a cada 15 dias para discutir sobre as pautas.

Raphael Di Cunto/Folhpress

Moraes nega pedido de Bolsonaro para anular delação de Mauro Cid



O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou nesta terça-feira (17) o pedido da defesa do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) para anular a delação premiada do tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens da Presidência.

Segundo o ministro, o pedido é "impertinente" ao atual momento do processo. A decisão ocorre um dia após os advogados de Bolsonaro protocolarem a solicitação de anulação, alegando que mensagens atribuídas a Cid em uma conta do Instagram comprometeriam a legalidade do acordo.

PUBLICIDADE LEGAL

Prime Aviation Taxi Aéreo e Serviços Ltda.		
CNPJ (MF) nº 23.568.370/0001-25		
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/23 e 31/12/22 (Valores expressos em Reais)		
BALANÇO PATRIMONIAL		
	31/12/24	31/12/23
ATIVO		
Ativo circulante	851.397,75	221.367,32
Disponibilidades	1,00	1,00
Caixa e bancos	1,00	1,00
Títulos e valores mobiliários	752.447,44	127.580,20
Cotas de fundos de investimentos	752.447,44	127.580,20
Outros créditos	98.949,31	93.786,12
Rendas a receber	47.000,00	66.750,00
Créditos tributários	29.016,66	27.036,12
Diversos	22.932,65	-
Ativo não circulante	936.440,29	839.893,64
Realizável a longo prazo	936.440,29	839.893,64
Outros créditos	936.440,29	839.893,64
Diversos	936.440,29	839.893,64
Total do ativo	1.787.838,04	1.061.260,96
PASSIVO		
Passivo circulante	2.779.327,06	1.794.488,11
Outras obrigações	2.779.327,06	1.794.488,11
Impostos e contribuições sobre salários	973.879,31	747.676,50
Demais impostos e contribuições a recolher	332.450,55	362.197,09
Provisões para pagamentos a efetuar	1.400.054,97	548.972,29
Diversos	72.942,23	135.642,23
Passivo não circulante	577.927,65	577.715,75
Exigível a longo prazo	577.927,65	577.715,75
Outras obrigações	577.927,65	577.715,75
Diversos	577.927,65	577.715,75
Patrimônio líquido	(1.569.416,67)	(1.310.942,90)
Capital:	90.000,00	90.000,00
De domiciliados no país	90.000,00	90.000,00
Lucros / (prejuízos) acumulados	(1.659.416,67)	(1.400.942,90)
Total do passivo e patrimônio líquido	1.787.838,04	1.061.260,96
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)		
	31/12/24	31/12/23
Receitas operacionais	8.738.131,29	1.468.444,17
Receita de bruta de prestação de serviços	8.738.131,29	1.468.444,17
Receita bruta operacional	8.738.131,29	1.468.444,17
Deduções da receita bruta	(318.816,54)	(59.975,58)
Tributos sobre a receita	(318.816,54)	(59.975,58)
Despesas com pis e cofins	(317.142,10)	(57.689,90)
Despesas com ISS	(1.674,44)	(2.285,68)
Resultado bruto	8.419.314,75	1.408.468,59
Despesas/receitas operacionais	(8.756.835,32)	(1.510.635,91)
Despesas com vendas	-	(19.766,35)
Despesas gerais e administrativas	(8.516.491,60)	(1.485.080,72)
Despesas com pessoal	(1.348.365,21)	(508.632,42)
Outras despesas administrativas	(7.151.477,07)	(959.390,65)
Despesas tributárias	(16.649,32)	(17.057,65)
Outras despesas operacionais	(240.343,72)	(5.788,84)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(337.520,57)	(102.167,32)
Resultado financeiro	79.046,80	10.893,85
Receitas financeiras	89.429,67	23.273,74
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	2.739,17	15.711,55
Rendas de títulos e valores mobiliários	84.288,62	5.054,70
Variações monetárias e cambiais ativas	2.401,88	2.507,49
Despesas financeiras	(10.382,87)	(12.379,89)
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(10.382,87)	(11.254,66)
Variações monetárias e cambiais passivas	-	(1.125,23)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(258.473,77)	(91.273,47)
Resultado líquido das operações continuadas	(258.473,77)	(91.273,47)
Lucro / (prejuízo) do período	(258.473,77)	(91.273,47)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(258.473,77)	(91.273,47)
Atribuído a sócios não controladores	(0,00)	-
Nº de quotas:	90.000	90.000
Lucro (prejuízo) por quota:	(2,87)	(1,01)
A DIRETORIA: Ignis Contabil Ltda: Nívia Maria Gonçalves, Contadora, CRC nº 1SP 215.294/O-3		

De acordo com a defesa, as mensagens indicariam que Cid teria feito a delação sob pressão e sem voluntariedade, o que invalidaria os depoimentos e as provas dele decorrentes.

"De fato, o teor das diversas mensagens expõe não só a falta de voluntariedade, mas especialmente a ausência de credibilidade da delação. Destarte, são nulos (porque ilícitos) os seus depoimentos e, também, as supostas provas dele decorrentes", afirma a defesa em ofício enviado ao ministro.

Moraes, porém, rejeitou o pedido, afirmando que "o atual momento processual é absolutamente inadequado" para

esse tipo de contestação.

Nesta terça-feira (17), o Supremo tornou públicos áudios atribuídos a Mauro Cid, enviados via Instagram por meio do perfil @gabrielar702. As mensagens foram incluídas no sistema do STF e mostram o militar se queixando de abandono por parte de aliados e criticando o presidente do PL, Valdemar Costa Neto.

"Valdemar deu entrevista, falou do Max, do Cordeiro e de mim. Ah, que legal, né? O Valdemar não defende o Max, o Cordeiro e também não nos defende. Então assim, é complicado, é complicado você se sentir isolado", diz Cid em um dos áudios.

CNN

PUBLICIDADE LEGAL

BCD Travel Turismo S.A.									
CNPJ nº 17.825.368/0001-91 - NIRE 35.300451.040									
Relatório da Administração: Apresentamos as Demonstrações Contábeis da BCD Travel Brasil Turismo S.A., relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2024 e 2023. As Demonstrações Contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis).									
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 E 2023 (Valores em milhares de Reais)									
Balancos Patrimoniais			Demonstração do Resultado			Demonstrações do Fluxo de caixa			
Ativo	2024	2023	2024	2023		Metódo Indireto			
Ativo circulante	114.010	66.327	Receita líquida de serviços	105.206	94.120	Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Caixa e equivalentes de caixa	35.689	19.453	Custo dos serviços	(56.798)	(50.136)	Lucro/(prejuízo) do exercício			
Contas a receber	58.501	33.601	Lucro bruto	48.408	43.984	Depreciação e amortização			
Impostos a recuperar	960	317	Despesas operacionais			Amortização do direito de uso			
Outros ativos	18.760	12.815	Salários e encargos trabalhistas	(22.164)	(24.781)	Juros incorridos sobre o passivo			
Impostos diferidos	100	140	Despesas com vendas, gerais e administrativas	(4.470)	(4.314)	de arrendamento			
Ativo não circulante	5.238	6.321	Lucro/(prejuízo) operacional	21.775	14.889	Provisão para riscos			
Ativo imobilizado e intangível	5.238	6.321	Despesas financeiras, líquidas	3.948	(992)	Variação de ativos e obrigações			
Total do ativo	119.248	72.648	IRPJ	(762)	(519)	Contas a receber			
Passivo e patrimônio líquido			Resultado do exercício	24.961	13.379	Impostos a recuperar			
Passivo circulante	50.337	28.324	Demonstração do Resultado Abrangente			Outros ativos			
Contas a pagar	23.678	12.757		2024	2023	Contas a pagar			
Impostos a pagar	2.837	2.730	Lucro do exercício	24.961	13.379	Impostos a pagar			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5.646	4.937	Lucro abrangente			Obrigações trabalhistas e previdenc.			
Outras contas a pagar	17.289	6.547	total do exercício	24.961	13.379	Outras contas a pagar			
Aluguel provisionado	887	1.353	Demonstração de Mutações do Patrimônio Líquido			Caixa utilizado nas atividades operacionais			
Passivo não circulante	210	585				IRPJ e CSLL pagos			
Aluguel acumulado longo prazo	-	514				Caixa líquido utilizado nas atividades operacionais			
Provisão para riscos	210	71				Aquisição de imobiliz. e intangível			
Patrimônio líquido	68.700	43.740				Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento			
Capital	50.474	50.474				Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Lucros e perdas	16.979	(6.734)				No início do exercício			
Reserva legal	1.248	-				No final do exercício			
Total do passivo e do patrimônio líquido	119.248	72.648				Aumento de caixa e equivalentes de caixa			
Diretoria									
Paul Barry – Presidente									
Edivane Fermam – Diretor Financeiro									
Maria Ribeiro – Contador – CRC nº SP 318007/03									

Cotação das Moedas



Coroa (Suécia) - 0,5769

Dólar (EUA) - 5,4773

Franco (Suíça) - 6,7289

Iene (Japão) - 0,03776

Libra (Inglaterra) - 7,4031

Peso (Argentina) - 0,00465

Peso (Chile) - 0,005825

Peso (México) - 0,2888

Peso (Uruguai) - 0,1341

Yuan (China) - 0,7624

Rublo (Rússia) - 0,06978

Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,3181

BCD Travel Turismo S.A.									
CNPJ nº 17.825.368/0001-91 - NIRE 35.300451.040									
Demonstrações Contábeis da BCD Travel Brasil Turismo S.A., relativas aos períodos de 01/01 a 31/12 de 2024 e 2023, preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Conselho de Contas do Brasil.									
DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31/12/2024 E 2023 (Valores em milhares de Reais)									
Demonstração do Resultado				Demonstrações do Fluxo de caixa					
				Método Indireto					
				2024		2023			
Receita líquida de serviços				105.206	94.120				
Custo dos serviços				(56.798)	(50.136)				
Lucro bruto				48.408	43.984				
Despesas operacionais									
Salários e encargos trabalhistas				(22.164)	(24.781)				
Despesas com vendas, gerais e administrativas				(4.470)	(4.314)				
Lucro/(prejuízo) operacional				21.775	14.889				
Despesas financeiras, líquidas				3.948	(992)				
IRPJ				(762)	(519)				
Resultado do exercício				24.961	13.379				
Demonstração do Resultado Abrangente									

PS-MAS		
Administração de Bem Proprio S.A.		
CNPJ(MF) nº 42.027.928/0001-00		
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/23 e 31/12/22 (Valores expressos em Reais)		
BALANÇO PATRIMONIAL		
	31/12/24	31/12/23
ATIVO		
Ativo circulante	1.606.960,64	1.558.891,20
Disponibilidades	1.524.121,05	1.524.121,05
Caixa e bancos	1,00	1,00
Moedas estrangeiras/ouro ativo financeiro	1.524.120,05	1.524.120,05
Títulos e valores mobiliários	60.883,53	11.768,77
Cotas de fundos de investimentos	436,32	2.391,57
Outros títulos de renda fixa	60.447,21	9.377,20
Outros créditos	21.956,06	23.001,38
Créditos tributários	21.956,06	21.361,38
Diversos	-	1.640,00
Ativo não circulante	13.847.487,15	15.665.594,99
Realizável a longo prazo	(59.449,76)	-
Outros créditos	(59.449,76)	-
Diversos	(59.449,76)	-
Imobilizado de uso	13.906.936,91	15.665.594,99
Outros bens do imob de uso	17.566.030,08	17.566.030,08
(Depreciações acumuladas)	(3.659.093,17)	(1.900.435,09)
Total do ativo	15.454.447,79	17.224.486,19
PASSIVO	31/12/24	31/12/23
Passivo circulante	9.733.658,72	9.065.303,51
Recursos de debêntures	9.701.024,14	8.993.043,96
Empréstimos no exterior	9.701.024,14	8.993.043,96
Outras obrigações	32.634,58	72.259,55
Demais impostos e contribuições a recolher	1.733,01	47.482,25
Obrigs. Por aquisição de bens e direitos	3.116,40	3.116,40
Diversos	27.785,17	21.660,90
Passivo não circulante	12.964.570,82	5.717.570,82
Exigível a longo prazo	12.964.570,82	5.717.570,82
Outras obrigações	12.964.570,82	5.717.570,82
Diversos	12.964.570,82	5.717.570,82
Patrimônio líquido	(7.243.781,75)	2.441.611,86
Capital:	7.349.024,27	7.349.024,27
De domiciliados no país	7.349.024,27	7.349.024,27
Reservas de lucros	4.900,00	4.900,00
Lucros / (prejuízos) acumulados	(14.597.706,02)	(4.912.312,41)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.454.447,79	17.224.486,19
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)		
	31/12/24	31/12/23
Despesas/Receitas Operacionais	(7.001.134,48)	(3.545.544,64)
Despesas Gerais e Administrativas	(6.091.996,97)	(2.482.759,54)
Outras despesas administrativas	(5.974.798,04)	(2.258.496,08)
Despesas tributárias	(117.198,93)	(224.263,46)
Outras Despesas Operacionais	(909.137,51)	(1.062.785,10)
Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	(7.001.134,48)	(3.545.544,64)
Resultado Financeiro	(2.684.259,13)	(30.657,25)
Receitas Financeiras	968,47	1.861.697,39
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	373,79	4.304,26
Rendas de títulos e valores mobiliários	-	385,58
Variações monetárias e cambiais Ativas	594,68	1.857.007,55
Despesas Financeiras	(2.685.227,60)	(1.892.354,64)
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(3.851,01)	-
Despesas com obrigações por empréstimos	(1.192.384,72)	(1.028.019,98)
Variações monetárias e cambiais passivas	(1.488.991,87)	(864.334,66)
Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	(9.685.393,61)	(3.576.201,89)
Resultado Líquido das Operações Continuadas	(9.685.393,61)	(3.576.201,89)
Lucro/ (Prejuízo) do Período	(9.685.393,61)	(3.576.201,89)
Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	(9.685.393,61)	(3.576.201,89)
Atribuído a Sócios Não Controladores	-	-
Nº de Ações	7.349.025	7.349.025
Lucro (prejuízo) por Ação:	(1,32)	(0,49)
A DIRETORIA: Ignis Contabil Ltda: Nívia Maria Gonçalves, Contadora, CRC nº 1SP 215.294/O-3		

Riacho Novo Empreendimentos Imobiliários Ltda.

CNPJ/MF nº 09.004.346/0001-32 – NIRE 35.222.850.158
Instrumento Particular de Distrato Social
Pelo presente Instrumento Particular de Distrato Social, e na melhor forma de direito: 1) **Acciona Inmobiliaria, S.L.U.**, CNPJ/MF nº 09.145.850/0001-52, neste ato representada por seu procurador, o Sr. André Lima De Angelo, RG nº 5050645539 SSPRS, CPF nº 644.433.370- 91 (“**Acciona Imobiliária**”); e 2) **Acciona Real Estate, S.A.U.**, NIF A-87291134 e inscrita perante o Registro Mercantil de Madri no Tomo 33.514, folio 129, folha M- 603289, neste ato representada por seu procurador, o Sr. André Lima De Angelo, acima qualificado (“**Acciona RE**”; e, em conjunto com Acciona Inmobiliaria, “**Sócias**”); na qualidade de únicas sócias representando a totalidade do capital social da **Riacho Novo Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, (“**Sociedade**”), resolvem **Dissolver, Liquidar e Extinguir** a Sociedade, de acordo com os seguintes termos e condições: **Cláusula 1ª**. Tendo em vista que as Sócias não possui mais interesse na continuidade dos negócios sociais da Sociedade e que a Sociedade não tem quaisquer passivos, dívidas, obrigações ou responsabilidade com terceiros a serem liquidados, fica aprovada a dissolução, liquidação e extinção da Sociedade, com base no balanço patrimonial extraordinário da Sociedade levantado em 12/06/2025, arquivado na sede social (“**Balanco de Encerramento**”). **Cláusula 2ª**. As quotas do capital social da Sociedade estão livres e desembaraçadas de todos e quaisquer ônus e/ou gravames, não tendo nenhum impedimento judicial ou extrajudicial para suas respectivas extinções/ cancelamentos em função da dissolução, liquidação e distrato ora aprovados. **Cláusula 3ª**. A liquidação da Sociedade foi concluída nesta data, uma vez que a Sociedade não possui passivos remanescentes, conforme Balanco de Encerramento. Os ativos remanescentes serão repartidos entre as Sócias na proporção do capital social que detinham nesta data: a importância de R\$ 12.226.960,09 à Acciona Imobiliária e a importância de R\$ 378.153,40 à Acciona RE, conforme quadro abaixo:

Saldo	Part. %	R\$ 12.605.113,49
Acciona Inmobiliaria SRL Unipersonal	97%	R\$ 12.226.960,09
Acciona Real Estate S.A	3%	R\$ 378.153,40

Cláusula 4ª. Na hipótese de recebimento de eventuais créditos, a importância recebida será devolvida às Sócias na proporção do capital social que detinham nesta data. **Cláusula 5ª**. As Sócias, satisfeitas com as condições acima pactuadas, dão à Sociedade e a seus administradores, a mais plena, geral, irrevogável e irretroatável quitação, para nada mais reclamarem uns dos outros, seja a que título for, com fundamento no Contrato Social da Sociedade e suas alterações, declarando, ainda, extinta, para todos os efeitos, a Sociedade, com o arquivamento deste instrumento perante a JUCESP. **Cláusula 6ª**. Fica nomeado para a função de guarda dos livros da Sociedade a pessoa jurídica, **Acciona Construcción, S.A.** CNPJ nº 03.503.152/0001-03, (“**Acciona Construcción**”), neste ato representada pelo Sr. **Luis Alejandro Peñaloza Morales**, passaporte nº PAM707276, CPF/ME nº 045.253.708- 82 e **André Lima De Angelo**, RG nº 5050645539 SSPRS, CPF nº 644.433.370-91 (“**Acciona Construcción**”), que subscreve o presente instrumento, assumindo integralmente a função para a qual foi nomeada. **Cláusula 7ª**. A Acciona Construcción será responsável pela guarda dos livros, documentos fiscais e contábeis da Sociedade, e se compromete a averbar a sua nomeação em registro próprio, estando investido de todos os poderes necessários para assinar quaisquer documentos de baixa e cancelamento dos registros e inscrições da Sociedade junto às repartições públicas federais, estaduais e municipais que se fizerem necessários, respeitando-se todas as condições determinadas pela lei em vigor. **Cláusula 8ª**. Efetivada a dissolução e liquidação da Sociedade, nos termos ora deliberados, foi aprovado o distrato e a extinção de pleno direito da Sociedade nesta data, com a exoneração dos seus administradores, devendo o presente Distrato Social ser arquivado e registrado na JUCESP. Fica acordado que eventual direito ou obrigação da Sociedade superveniente à dissolução e extinção aqui aprovadas serão assumidos pela Acciona Imobiliária. São Paulo, 12/06/2025. **Acciona Inmobiliaria, S.L.U.** por: André Lima De Angelo, **Acciona Real Estate, S.A.U.** por: André Lima De Angelo; **Acciona Construcción, S.A.** por: André Lima De Angelo e Luis Alejandro Peñaloza Morales.

Six Port Participações S.A.

CNPJ/ME nº 23.361.005/0001-45 – NIRE 35.300.482.727
Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2021
Data, Hora e Local: Aos 30/12/2021, às 10:00 horas, na sede da Companhia, na Av. Rotary, nº 600, sala 3, Jardim São Francisco, Embu das Artes-SP. **Convocação:** Convocadas as acionistas mediante edital de convocação, publicado em 11, 14 e 15/12/2021, nas edições do Diário Oficial do Estado, às fls. 12, 20 e 19, e no jornal Data Mercantil, às fls. 07. **Quórum de Instalação e Presença:** Verificada a presença de acionistas representando o quórum legal de instalação. **Mesa:** Presidente: **Víctor Manuel Dinis dos Santos**; Secretário: **Manoel Alexandre M. Simões da Fonseca**. **Ordem do Dia:** **Em Assembleia Geral Ordinária**, deliberar sobre as demonstrações financeiras e as contas da administração, relativas aos exercícios encerrados em 31/12/2015, em 31/12/2016, em 31/12/2017, em 31/12/2018, em 31/12/2019, e em 31/12/2020, e destinação de resultado. **Em Assembleia Geral Extraordinária**, deliberar sobre (i) a constituição do Conselho de Administração da Companhia e definição de sua estrutura; (ii) a eleição dos membros do Conselho de Administração; (iii) o grupamento das ações de emissão da Companhia; (iv) a ratificação da nomeação de empresa contábil especializada responsável pela avaliação dos bens e direitos a serem integralizados em aumento de capital da Companhia (“Bens”), (v) o Laudo de Avaliação dos Bens; (vi) o aumento do capital social; e (vii) a reformulação do Estatuto Social. **Deliberações aprovadas por unanimidade: Em Assembleia Geral Ordinária:** As demonstrações financeiras da Companhia e as contas da administração, relativas aos exercícios sociais encerrados em 31/12/2015, em 31/12/2016, em 31/12/2017, em 31/12/2018, em 31/12/2019, e em 31/12/2020. Considerando que a Companhia não apurou lucro em nenhum dos mencionados exercícios, não haverá deliberação de destinação de resultado. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) constituição do Conselho de Administração, o qual será composto por no mínimo 03 e no máximo 06 membros, sendo 01 Presidente do Conselho, 01 Vice-Presidente, e os demais membros com o cargo de Conselheiro sem designação específica, eleitos pela Assembleia Geral e por ela destituíveis a qualquer tempo, com mandato unificado de 03 anos, sendo permitida a reeleição; (ii) eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia, com mandato de 03 anos, a partir desta data, a saber: a) **Víctor Manuel Dinis dos Santos**, portador da cédula de identidade RNE nº V039862-5-SE/DPMF/DPF, e do CPF/ME nº 756.643.998-72, para o cargo de Presidente do Conselho de Administração; b) **Manoel Alexandre Martins Simões da Fonseca**, portador da cédula de identidade RG nº 12.693.628-6 IIRGD/SP, e do CPF/ME nº 064.136.918-24, para o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração; c) **Rita Alexandra Pinheiro Ferreira Riquito**, portadora da cédula de identidade RG nº 24.812.561-8 SSP/SP, e do CPF/ME nº 237.078.748-18, para o cargo de Conselheira; d) **Américo Veiga Afonso**, portador da cédula de identidade RG nº 11.912.490, e do CPF/ME nº 112.509.918-62, para o cargo de Conselheiro; e) **Joaquim dos Santos Amaral**, portador da cédula de identidade RNE nº V040592-A-SE/DPMAD/DPF, e do CPF/ME nº 004.527.858-04; e f) **José Maria Ferreira**, portador da cédula de identidade RNE nº W653025-B, inscrito no CPF/ME sob o nº 199.738.708-59. A nova Diretoria será eleita pelo Conselho de Administração, sendo que acionistas ratificam os atos praticados pelos diretores José Maria Ferreira, Manoel Alexandre Martins Simões da Fonseca, Manuel Maria Afonso e Víctor Manuel Dinis dos Santos, desde o vencimento dos respectivos mandatos até a presente data. (iii) o grupamento das 12.000 ações ordinárias nominativas da Companhia, na proporção de 3.000 para 1, resultando em 4 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, e que foram atribuídas aos acionistas na proporção de suas participações no capital social da Companhia; Resolvem os acionistas estabelecer o prazo de 30 dias, contados desta data, para que os acionistas titulares de fração de ações manifestem o interesse em integralizar valor necessário para compor sua fração de ação em 1 ação ou optem pelo reembolso das frações de ações pela Companhia, a ser realizado conforme valor de patrimônio líquido verificado em balanço especial levantado para esta finalidade. Os acionistas presentes resolvem integralizar suas frações de ações resultantes do grupamento ora aprovado, através de aumento do capital social da Companhia, no valor de R\$ 1,70, passando o capital social da Companhia a ser de R\$ 12.001,70, dividido em 5 ações ordinárias, sem valor nominal. (iv) a ratificação da nomeação da empresa especializada **WWB Consultoria Contábil Ltda.**, com sede na Rua Machado Bittencourt, nº 361, 7º andar, conj. 707 a 170, Vila Clementino, São Paulo-SP, CNPJ/ME nº 26.527.391/0001-90 e registrada no CRC/SP sob o nº 2SP036244 (“**Empresa Especializada**”), para realizar a avaliação dos Bens; (v) o Laudo de Avaliação dos Bens elaborados pela Empresa Especializada, emitido em 01/12/2021 (“**Laudo de Avaliação**”), no qual se declara que os bens totalizam o valor de R\$ 9.391.668,00. A Empresa Especializada apresentou sua avaliação de acordo com os critérios contábeis e legislação aplicável em vigor. (vi) aumentar o capital social da Companhia dos atuais R\$ 12.001,70 para R\$ 9.403.669,70 com um aumento de R\$ 9.391.668,00, mediante a emissão de 9.583.335 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. As ações ora emitidas são subscritas nos termos dos Boletins de Subscrição, os quais são arquivados na sede da Companhia, e totalmente integralizadas na presente data, mediante a conferência dos Bens. Em consequência ao aumento de capital ora aprovado, o Artigo 5º do Estatuto Social passa a vigorar com a seguinte redação: “**Art. 5º** - O capital social da Companhia subscrito e totalmente integralizado é de R\$ 9.403.669,70, dividido em 9.583.340 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal”. (vii) reformular o Estatuto Social. **Encerramento:** O Sr. Presidente declarou encerrados os trabalhos. Após a lavratura da presente ata, lida em voz alta, foi reconhecida como expressão fiel do ocorrido e assinada por todos os presentes. Embu das Artes/SP, 30/12/2021. Certificamos que a presente é cópia fiel de ata lavrada no livro próprio. **Víctor Manuel Dinis dos Santos** – Presidente da Mesa; **Manoel Alexandre M. Simões da Fonseca** – Secretário da Mesa. Junta Comercial do Estado de São Paulo, Certifico o registro sob o nº 292.628/22-5 em 08/06/2022. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Propat Participações S.A.

CNPJ nº 42.169.894/0001-98 - NIRE 35300570014
Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Convocamos os(as) Senhores(as) Acionistas da **Propat Participações S/A**, inscrita no CNPJ nº 42.169.894/0001-98, a participarem da Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada às 10h do dia 26/06/2025 em sua sede social, à Rua Cardeal Arcoverde, 2.365, conjuntos 11 e 13, Pinheiros, São Paulo/SP, para discussão e deliberação acerca da seguinte ordem do dia: 1) eleição da diretoria, composta por dois membros; e 2) ratificação do pedido de recuperação judicial da companhia, formulado por seus diretores com a concordância da acionista controladora, **Proinvest Empreendimentos e Participações Ltda**, conforme o parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedade Anônimas (Lei nº 6.404, de 15/12/1976). São Paulo, 17/06/2025. **Tereza Rita Leony Valente** e **Jorge Antônio Duarte Oliveira**. (17, 18 e 20/06/2025)

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 11.992.680/0001-93 – NIRE 35.300.379.560 – CVM nº 22497 – Companhia Aberta
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2025
Data, Hora e Local: Aos 02/05/2025, às 9:00, de forma exclusivamente digital. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Murilo Ramos Neto; e Secretária: Aline Vieira Ferraz. **Ordem do Dia:** (i) a aquisição, por sua subsidiária Qualicorp Administradora de Benefícios S.A. (“Qualicorp Administradora”), de 25% das quotas representativas do capital social da Uniconsult – Administradora de Benefícios e Serviços Ltda. com sede em São Paulo-SP, na Avenida Paulista, nº 1.106, 12º andar – parte, Bela Vista, CNPJ/ME nº 24.277.422/0001-77 (“Uniconsult”), através da celebração do Contrato de Compra e Venda de Quotas e Outras Avenças a ser celebrado nesta data entre as partes Qualicorp Administradora, na qualidade de compradora, e Otto de Oliveira Junior e Flavio Paulo de Oliveira Rodrigues, na qualidade de vendedores (“**Contrato de Compra e Venda de Quotas**”); e (ii) a autorização da prática, pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia e de suas subsidiárias, de todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações tomadas com relação às matérias objeto desta ordem do dia. **Deliberações tomadas por unanimidade:** 1. Aprovar a aquisição de 25% das quotas representativas do capital social da Uniconsult, por sua subsidiária Qualicorp Administradora, conforme material de suporte arquivado na Companhia, através da celebração do Contrato de Compra e Venda de Quotas. 2. Autorizar a prática, pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia e de suas subsidiárias, de todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações tomadas. **Encerramento:** Nada mais a ser tratado, lavrou-se a presente ata. São Paulo, 02/05/2025. **Presidente** – Murilo Ramos Neto; **Secretária** – Aline Vieira Ferraz. **Membros do Conselho de Administração** presentes: Bernardo Dantas Rodenburg, Luis Felipe Cruz, Murilo Ramos Neto, Ricardo Bottas Dourado dos Santos e Ricardo Saad Affonso. São Paulo, 02/05/2025. **Aline Vieira Ferraz** – Secretária. JUCESP – Registro nº 180.947/25-4 em 05/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Qualicorp Consultoria e Corretora de Seguros S.A.

CNPJ/MF nº 11.992.680/0001-93 – NIRE 35.300.379.560 – CVM nº 22497 – Companhia Aberta
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 2 de maio de 2025
Data, Hora e Local: Aos 02/05/2025, às 9:30, de forma exclusivamente digital. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação por estar presente a totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Murilo Ramos Neto; e Secretária: Aline Vieira Ferraz. **Ordem do Dia:** deliberar sobre (i) a captação de R\$ 50.000.000,00, pela Companhia, através da emissão de nota comercial junto ao Banco ABC Brasil S.A. (“Banco ABC”), com prazo de 36 meses; e (ii) a autorização da prática, pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia e de suas subsidiárias, de todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações tomadas com relação às matérias objeto desta ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados para o mesmo fim. **Deliberações:** Os membros, deliberaram: **5.1.** Aprovar a captação de R\$ 50.000.000,00, pela Companhia, através da emissão de nota comercial junto ao Banco ABC, com prazo de 36 meses, conforme material de suporte arquivado na Companhia; e **5.2.** Autorizar a prática, pela Diretoria e/ou procuradores da Companhia e de suas subsidiárias, de todos os atos que forem necessários à efetivação das deliberações tomadas com relação às matérias objeto desta ordem do dia, bem como a ratificação dos atos já praticados para o mesmo fim. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião, sendo lavrada a presente Ata. São Paulo, 02/05/2025. **Presidente** – Murilo Ramos Neto; **Secretária** – Aline Vieira Ferraz. **Membros:** Bernardo Dantas Rodenburg, Luis Felipe Cruz, Murilo Ramos Neto, Ricardo Bottas Dourado dos Santos e Ricardo Saad Affonso. JUCESP. Certifico o registro sob o nº 180.642/25-0 em 05/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

Zoop Holding Participações S.A.

CNPJ/MF nº 42.590.285/0001-08 – NIRE 35.300.656.792
Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 11 de junho de 2025
1. Data, Hora e Local: em 11/06/2025, às 17h00, de forma exclusivamente digital, considerada realizada na sede social da Companhia, na Avenida dos Autonomistas, nº 1.496, 3º andar, sala, Vila Yara, Osasco-SP. **2. Convocação e Presença:** As formalidades de convocação foram dispensadas, nos termos do Artigo 124, parágrafo 4º, da Lei 6.404, de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das S.A.”), devido a presença da acionista detentora da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinatura constante do Livro de Registro de Presença de Acionistas. **3. Mesa:** Presidente: Cesário Bruno de Barros Martins; Secretário: André Luiz Fonseca da Silva Martins. **4. Ordem do Dia e Deliberações:** A Acionista, sem quaisquer restrições ou ressalvas, aprovou o quanto segue: 4.1. A lavratura da ata a que se refere esta Assembleia Geral Ordinária na forma de sumário, nos termos do artigo 130, § 1º, da Lei das S.A. 4.2. A redução do capital social da Companhia no montante total de R\$ 27.000.000,00 por considerá-lo excessivo em relação às atividades desenvolvidas pela Companhia, nos termos do artigo 173 da Lei das Sociedades por Ações, passando este de R\$ 378.254.050,28 para R\$ 351.254.050,28, sem o cancelamento ou alteração no número de ações, que permanecerá sendo no total de 110.383.920 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (“**Redução do Capital**”). 4.2.1. O valor correspondente à Redução do Capital será restituído à única acionista da Companhia, **M.I. Payments Holdings B.V.**, mediante entrega de disponibilidade em moeda corrente nacional. 4.3. Tendo em vista as deliberações acima, a alteração do *caput* do Artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, o qual passa a vigorar com a seguinte nova redação, mantidos inalterados os seus respectivos parágrafos: “**Artigo 5º.** O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 351.254.050,28, dividido em 110.383.920 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.” 4.4. Em virtude das deliberações acima, a consolidação do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a redação constante no *Anexo I* à presente ata. **5. Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, esta assembleia geral extraordinária foi encerrada, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada. **Mesa:** Presidente: Cesário Bruno de Barros Martins; Secretário: André Luiz Fonseca da Silva Martins. **Acionista:** M.I. Payments Holdings B.V. (p.p Thais Arruda Marotta). Osasco/SP, 11/06/2025. (ass.) Cesário Bruno de Barros Martins – **Presidente da Mesa**; André Luiz Fonseca da Silva Martins – **Secretário da Mesa**.

ARMCO DO BRASIL S.A.

CNPJ/MF nº 71.586.952/0001-87 - NIRE Nº 35.300.136.764
EDITAL DE CONVOCACÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Ficam convocados os senhores acionistas da Armco do Brasil S.A. (“Companhia”) a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), que se realizará no dia **24 de junho de 2025** (terça-feira) às 10h30m, no Hotel Mercure SP BELA VISTA, Sala “Dom Orione”, sito na Rua Maestro Cardim, n. 407, bairro Bela Vista, São Paulo – SP, para, nos termos dos Artigos 121 e seguintes da Lei no. 6.404/76, deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I. Ordem do Dia** - **Aprovação** de alteração do parágrafo 2º. do artigo 8º do Estatuto Social. **II. (1)** Caso o associado esteja impossibilitado de comparecer, recomenda-se a indicação de procurador devidamente constituído, conforme normas estatutárias. **(2)** Aos convocados será disponibilizado via e-mail ou versão física da minuta da AGE, a partir de 07.04.2025 **(3)** Para maiores informações, os interessados podem contatar por e-mail – Dr. Eduardo Lins – eduardolins@armco.com.br. **III. (1)** Os documentos e informações relativos às matérias a serem discutidas na Assembleia Geral Extraordinária, ora convocada, encontram-se à disposição dos acionistas na sede da Companhia. **(2)** Conforme art. 135 da Lei 6.404/76, a Assembleia será instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem 2/3 (dois terços), no mínimo, do capital com direito a voto, mas poderá instalar-se em segunda com qualquer número. **(3)** O acionista pode ser representado na assembleia-geral por procurador constituído, que seja acionista, administrador da companhia ou advogado.
São Paulo, 13 de junho de 2025.
ROBERTO GALLO - Presidente do Conselho de Administração.
(14, 17 e 18/06/2025)

RCB Investimentos S.A.

CNPJ nº 08.823.301/0001-27 - NIRE 35.300.341.856
Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 07 de abril de 2025
Data, Horário e Local: Em 07/04/2025, às 15hs, por videoconferência (Microsoft Teams). **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação. Presentes todos os membros em exercício do Conselho de Administração. **Mesa:** Presidente: Danilo Biraghi Letai; Secretário: Walter Lemann Chahen. **Deliberações Aprovadas:** 5.1. **Aprovado** o aumento do capital social da Companhia, mediante a emissão de 846 novas ações preferenciais, sem valor nominal, sem direito a voto e com prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia. As novas ações são emitidas com diluição dos atuais acionistas, nos termos do Plano de Outorga de Opção de Compra de Ações (“**Plano SOP**”), aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 06/05/2020, e nos termos dos respectivos Instrumentos Particulares de Opção de Compra de Ações (“**Contrato de SOP**”), celebrados em 01/09/2023 e em 19/11/2024, entre a Companhia e a Sra. **Talita Pelegrini de Azevedo**, brasileira, advogada. 5.1.1. As novas ações preferenciais são emitidas em 2 tranches, referentes a cada uma das outorgas às quais a Sra. **Talita Pelegrini de Azevedo** faz jus, pelo Preço de Exercício previsto em cada um dos Contratos de SOP, no seguinte sentido: 5.1.1.1. **Outorga de 2023:** 524 ações preferenciais, pelo valor de R\$ 436,58 por ação, totalizando R\$ 228.767,40, nos termos do Contrato de SOP celebrado em 01/09/2023. Para cada ação, R\$ 1,00 será destinado ao aumento do capital social, totalizando R\$ 524,00, e o restante, no valor de R\$ 228.243,40, será destinado à conta de reserva de capital; 5.1.1.2. **Outorga de 2024:** 322 ações preferenciais, pelo valor de R\$ 589,53 por ação, totalizando R\$ 189.828,66, nos termos do Contrato de SOP celebrado em 19/11/2024. Para cada ação, R\$ 1,00 será destinado ao aumento do capital social, totalizando R\$ 322,00, e o restante, no valor de R\$ 189.506,66, será destinado à conta de reserva de capital; 5.1.2. As novas ações preferenciais são subscritas e integralizadas pela Sra. **Talita Pelegrini de Azevedo**, acima qualificado. A subscrição e integralização das novas ações será realizada até o dia 23/04/2025, tudo nos termos do Boletim de Subscrição. 5.2 **Aprovada** o exercício da Opção de Recompra (conforme definido no Plano SOP) das novas ações emitidas, pelo seu valor de mercado. As ações serão adquiridas pela Companhia até o dia 23/04/2025, utilizando-se o saldo da reserva de capital, sendo que a totalidade das ações recompradas serão **canceladas** pela Companhia. 5.2.1. Nova redação do Estatuto Social: “**Art. 6º - O Capital Social é de R\$ 13.810.352,89, dividido em 2.617.962 ações ordinárias, nominativas- escriturais, sem valor nominal**”. 5.3 **Aprovada** a compensação, pela Companhia, do Preço de Exercício para a emissão das ações preferenciais prevista no item 5.1 e no item 5.2. Desta forma, será pago ao Sr. **Talita Pelegrini de Azevedo** apenas a diferença entre tais valores, até o dia 23/04/2025. 5.4. **Aprovada a consolidação** do Estatuto Social da Companhia. Nada mais. São Paulo, 07/04/2025. JUCESP nº 200.235/25-4 em 03/06/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

comercial@datamercantil.com.br



PUBLICIDADE LEGAL

Congresso aprova uso de emendas para pagar salários da saúde

O Congresso Nacional aprovou nesta terça-feira (17) o projeto que permite o pagamento de trabalhadores da área de saúde por meio de recursos de emendas parlamentares de comissão e de bancada. A proposta segue agora para a promulgação do Legislativo.

O projeto estabelece que emendas poderão ser utilizadas para pagar salários de profissionais da área da saúde "que atuem diretamente na prestação de serviços dessa natureza". O ente beneficiado deverá administrar as despesas para "não prejudicar a continuidade dos serviços ofertados à população".

O texto foi proposto pelas mesas diretoras da Câmara e do Senado na última sexta-feira (13). No plenário do Congresso, o relator da matéria foi o senador Eduardo Gomes (PL-TO).

A Constituição proíbe, na destinação a ações e serviços públicos de saúde, o uso de emendas individuais para pagamento de pessoal ou encargos sociais.

Pelo texto, a programação de uma emenda de bancada poderá ser direcionada para transferências a fundo estadual de saúde e para um ou mais fundos municipais de saúde.

Entre outras mudanças, o projeto determina em caso de alteração da programação de emenda "somente será deliberada pela comissão quando proposta formalmente pelo parlamentar solicitante da emenda aprovada".

CNN

Fraction 035		
Administração de Bem Proprio S.A.		
CNPJ (MF) nº 45.457.478/0001-83		
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/23 e 31/12/22 (Valores expressos em Reais)		
BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO	31/12/24	31/12/23
Ativo circulante	600,60	3.513,39
Disponibilidades	167,60	2.430,39
Caixa e bancos	167,60	2.430,39
Outros créditos	433,00	1.083,00
Diversos	433,00	1.083,00
Ativo não circulante	38.117,61	69.035,43
Realizável a longo prazo	-	19.562,58
Outros créditos	-	19.562,58
Diversos	-	19.562,58
Imobilizado de uso	38.117,61	49.472,85
Outros bens do imob de uso (Depreciações acumuladas)	56.776,52 (18.658,91)	56.776,52 (7.303,67)
Total do ativo	38.718,21	72.548,82
PASSIVO	31/12/24	31/12/23
Passivo circulante	113.984,53	79.852,15
Outras obrigações	113.984,53	79.852,15
Demais impostos e contribuições a recolher	43.721,07	19.202,17
Diversos	70.263,46	60.649,98
Passivo não circulante	1.171.829,82	0,34
Exigível a longo prazo	1.171.829,82	0,34
Outras obrigações	1.171.829,82	0,34
Diversos	1.171.829,82	0,34
Patrimônio líquido	(1.247.096,14)	(7.303,67)
Capital:	100,00	100,00
De domiciliados no país	100,00	100,00
Lucros / (prejuízos) acumulados	(1.247.196,14)	(7.403,67)
Total do passivo e patrimônio líquido	38.718,21	72.548,82
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)		
	31/12/24	31/12/23
Despesas/receitas operacionais	(1.218.850,73)	(7.403,67)
Despesas gerais e administrativas	(111.557,81)	(7.303,67)
Outras despesas administrativas	(111.341,82)	(7.303,67)
Despesas tributárias	(215,99)	-
Outras despesas operacionais	(1.107.292,92)	(100,00)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(1.218.850,73)	(7.403,67)
Resultado financeiro	(20.941,74)	-
Receitas financeiras	47,40	-
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	47,40	-
Despesas financeiras	(20.989,14)	-
Prejuízos com títulos e valores mobiliários	(1.415,66)	-
Despesas com obrigações por empréstimos	(19.573,48)	-
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(1.239.792,47)	(7.403,67)
Resultado líquido das operações continuadas	(1.239.792,47)	(7.403,67)
Lucro/ (prejuízo) do período	(1.239.792,47)	(7.403,67)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(1.239.792,47)	(7.403,67)
Atribuído a sócios não controladores	-	-
Nº de quotas:	100	100
Lucro (prejuízo) por quota:	(12397,92)	(74,04)
A DIRETORIA: Ignis Contabil Ltda: Nivia Maria Gonçalves, Contadora, CRC nº 1SP 215.294/0-3		

PP-NYM		
Administração de Bem Proprio S.A.		
CNPJ (MF) nº 23.568.430/0001-00		
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/23 e 31/12/22 (Valores expressos em Reais)		
BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO	31/12/24	31/12/23
Ativo circulante	2.396.348,91	456.545,69
Disponibilidades	1,00	1,00
Caixa e bancos	1,00	1,00
Títulos e valores mobiliários	2.250.947,87	325.227,31
Cotas de fundos de investimentos	19.221,06	75.221,85
Outros títulos de renda fixa	2.231.726,81	250.005,46
Outros créditos	145.400,04	131.317,38
Créditos tributários	142.860,04	128.777,38
Diversos	2.540,00	2.540,00
Ativo não circulante	12.960.866,96	14.988.104,21
Realizável a longo prazo	-	(388,11)
Outros créditos	-	(388,11)
Diversos	-	(388,11)
Imobilizado de uso	12.960.866,96	14.988.492,32
Outros bens do imob de uso (Depreciações acumuladas)	20.276.254,32 (7.315.387,36)	20.276.254,32 (5.287.762,00)
Total do ativo	15.357.215,87	15.444.649,90
PASSIVO	31/12/24	31/12/23
Passivo circulante	(338.207,82)	243.504,64
Outras obrigações	(338.207,82)	243.504,64
Impostos e contribuições sobre salários	(395.231,75)	-
Demais impostos e contribuições a recolher	4.069,93	6.417,17
Provisões para pagamentos a efetuar	52.954,00	237.087,47
Passivo não circulante	6.590.668,10	4.089.007,52
Exigível a longo prazo	6.590.668,10	4.089.007,52
Outras obrigações	6.590.668,10	4.089.007,52
Diversos	6.590.668,10	4.089.007,52
Patrimônio líquido	9.104.755,59	11.112.137,74
Capital:	15.800.757,00	15.800.757,00
De domiciliados no país	12.640.604,00	12.640.604,00
De domiciliados no exterior	3.160.153,00	3.160.153,00
Lucros / (prejuízos) acumulados	(6.696.001,41)	(4.688.619,26)
Total do passivo e patrimônio líquido	15.357.215,87	15.444.649,90
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)		
	31/12/24	31/12/23
Despesas/receitas operacionais	(2.028.590,95)	(1.614.810,19)
Despesas gerais e administrativas	(2.028.590,95)	(1.614.803,89)
Outras despesas administrativas	(2.027.625,36)	(1.605.331,15)
Despesas tributárias	(965,59)	(9.472,74)
Outras despesas operacionais	-	(6,30)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(2.028.590,95)	(1.614.810,19)
Resultado financeiro	21.208,80	204.678,72
Receitas financeiras	21.208,80	204.678,72
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	8.148,68	197.518,31
Rendas de títulos e valores mobiliários	444,22	964,32
Variações monetárias e cambiais ativas	12.615,90	6.196,09
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(2.007.382,15)	(1.410.131,47)
Resultado líquido das operações continuadas	(2.007.382,15)	(1.410.131,47)
Lucro/ (prejuízo) do período	(2.007.382,15)	(1.410.131,47)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(1.605.905,77)	(1.128.105,21)
Atribuído a sócios não controladores	(401.476,38)	(282.026,26)
Nº de ações	15.800.757	15.800.757
Lucro (prejuízo) por ação:	(0,13)	(0,09)
A DIRETORIA: Ignis Contabil Ltda: Nivia Maria Gonçalves, Contadora, CRC nº 1SP 215.294/0-3		

Para orçamentos:

comercial@datamercantil.com.br

Attuale Participações S.A.

CNPJ/MF nº 33.150.769/0001-45 – NIRE 35.300.618.521

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 30 de abril de 2025

Data, Hora e Local: Aos 30/04/2025, às 09:30 horas, na sede social da Companhia, na Rodovia Dom Pedro I, Km 73, s/nº, anexo I, Jardim Kanimar, Atibaia-SP. Convocação e Presença: Presentes todos os membros do Conselho de Administração da Companhia. Mesa: Sr. André Roberto Fernandes Novelli, Presidente e Sr. Estevan Taguchi, Secretário. Ordem do Dia: (i) Ratificar as deliberações tomadas nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 11/12/2024 e em 26/02/2025; e (ii) Deliberar sobre a dissolução da subsidiária mantida pela Companhia nos Estados Unidos da América, denominada Lar Plastics, LLC., sediada em 3 Arbor Lane, Winchester, Massachusetts, MA 01890. Deliberações tomadas por unanimidade: (i) a Ratificação das deliberações tomadas nas Reuniões do Conselho de Administração realizadas em 11/12/2024 e em 26/02/2025, quais sejam: (a) a aprovação do investimento do montante estimado de R\$ 3.478.501,00; (b) a ratificação da contratação, pela Lar Plastics Indústria e Comércio de Produtos Ltda. ("LAR"), da Cédula de Crédito Bancário – Empréstimo – Capital de Giro nº 237.0476.1500, com o Banco Bradesco S/A, no valor de R\$ 15.000.000,00, firmada em 13/11/2024; (c) a aprovação da contratação, pela LAR, de Cédula de Crédito à Exportação junto à Caixa, no valor de R\$ 15.000.000,00, bem como a prestação de aval da Companhia em referida operação; (d) a aprovação do orçamento anual atualizado da Companhia, com a inclusão de variável/ bônus; (e) a aprovação do ingresso da Sra. Bruna Marina dos Santos Souza, CPF/MF nº 291.030.608-96, como membro do Comitê de Compliance, diante da vacância do cargo de Diretor Financeiro da Companhia; (f) a aprovação da constituição de uma nova subsidiária pela Companhia, a ser localizada na cidade de Manaus/ AM; e (g) a aprovação da realização da operação de cisão parcial na LAR, para verter a uma nova sociedade a ser constituída, o imóvel de propriedade da LAR, denominado Centro Empresarial Dom Pedro, na Rodovia Dom Pedro I, km. 73, Jardim Kanimar, Atibaia-SP, objeto das matrículas nºs 71.203 e 31.753, do Oficial de Registro de Imóveis e Anexos da Comarca de Atibaia, Estado de São Paulo ("Imóvel"), sujeita ao recebimento de parecer favorável do advogado, sobre a operação e criação de um Comitê específico para a implantação e condução da operação; e (ii) a dissolução da subsidiária mantida pela Companhia nos Estados Unidos da América, denominada Lar Plastics, LLC., sediada em 3 Arbor Lane, Winchester, Massachusetts, MA 01890. Os Diretores desta Companhia ficam autorizados a implementar a deliberação ora tomada. Encerramento: Nada mais a tratar, os trabalhos foram suspensos pelo tempo necessário à lavratura desta Ata. Atibaia, 30/04/2025. Mesa: André Roberto Fernandes Novelli – Presidente; Estevan Taguchi – Secretário. Conselheiros Presentes: André Roberto Fernandes Novelli; Andre Fontaneti Marino; Estevan Taguchi; Anibal Wadih Souliman. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 170.810/25-2 em 21/05/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

PP-Bio

Administração de Bem Proprio S.A.		
CNPJ (MF) nº 09.286.655/0001-42		
Demonstrações Financeiras Referentes aos Exercícios Sociais Encerrados em 31/12/23 e 31/12/22 (Valores expressos em Reais)		
BALANÇO PATRIMONIAL		
ATIVO	31/12/24	31/12/23
Ativo circulante	400.897,88	613.081,57
Disponibilidades	1,00	1,00
Caixa e bancos	1,00	1,00
Aplicações equivalentes de caixa	42.716,74	324.108,94
Cotas de fundos de investimentos	42.716,74	324.108,94
Títulos e valores mobiliários	318.856,52	256.131,47
Outros títulos de renda fixa	318.856,52	256.131,47
Outros títulos de renda fixa	-	-
Vinculados a prestação de garantias	-	-
Outros créditos	39.323,62	32.840,16
Créditos tributários	39.323,62	32.840,16
Ativo não circulante	7.795.936,75	2.405.389,50
Imobilizado de uso	7.795.936,75	2.405.389,50
Outros bens do imob de uso (Depreciações acumuladas)	17.066.594,38 (9.270.657,63)	11.078.710,87 (8.673.321,37)
Total do ativo	8.196.834,63	3.018.471,07
PASSIVO	31/12/24	31/12/23
Passivo circulante	952.806,26	1.840.069,10
Outras obrigações	952.806,26	1.840.069,10
Demais impostos e contribuições a recolher	6.080,49	2.744,54
Provisões para pagamentos a efetuar	946.725,77	1.837.324,56
Passivo não circulante	8.657.119,17	3.420.477,25
Exigível a longo prazo	8.657.119,17	3.420.477,25
Outras obrigações	8.657.119,17	3.420.477,25
Diversos	8.657.119,17	3.420.477,25
Patrimônio líquido	(1.413.090,80)	(2.242.075,28)
Capital:	8.184.193,00	6.817.126,21
De domiciliados no país	8.184.193,00	6.817.126,21
(Capital a realizar)	-	(1.367.066,79)
Lucros / (prejuízos) acumulados	(9.597.283,80)	(9.059.201,49)
Total do passivo e patrimônio líquido	8.196.834,63	3.018.471,07
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO (Lei nº 11.638)		
	31/12/24	31/12/23
Despesas/receitas operacionais	(601.804,40)	(344.145,30)
Despesas gerais e administrativas	(601.804,40)	(337.085,30)
Outras despesas administrativas	(597.336,26)	(334.213,44)
Despesas tributárias	(4.468,14)	(2.871,86)
Outras despesas operacionais	-	(7.060,00)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	(601.804,40)	(344.145,30)
Resultado financeiro	63.722,09	75.884,94
Receitas financeiras	63.722,09	75.884,94
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	19.368,42	59.784,56
Rendas de títulos e valores mobiliários	38.567,77	14.123,78
Variações monetárias e cambiais ativas	5.785,90	1.976,60
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	(538.082,31)	(268.260,36)
Resultado líquido das operações continuadas	(538.082,31)	(268.260,36)
Lucro/ (prejuízo) do período	(538.082,31)	(268.260,36)
Atribuído a sócios da empresa controladora	(538.082,31)	(268.260,36)
Atribuído a sócios não controladores	-	-
Nº de ações	8.184.193	8.184.193
Lucro (prejuízo) por ação:	(0,07)	(0,03)
A DIRETORIA: Ignis Contabil Ltda: Nivia Maria Gonçalves, Contadora, CRC nº 1SP 215.294/0-3		

Planner Sociedade de Crédito Direto S.A.

CNPJ nº 05.684.234/0001-19 - NIRE 35300195639

Ata da Assembleia Geral Ordinária realizada em 22.04.2025

Data/hora/local: 22/04/2025, às 11hs, na Sede social. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, por estar presente os representantes da única acionista representando a totalidade do capital social. Mesa: Emerson Gonçalves da Silveira, Presidente; Marcus Eduardo de Rosa, Secretário. Deliberações aprovadas: Aprovada a lavratura da presente ata em forma de sumário. (i) Publicados, na íntegra, no SPED no dia 01/04/2025", bem como disponibilizadas em seu sítio eletrônico, os representantes da única acionista, por unanimidade de votos e sem qualquer restrição, deliberaram o seguinte: 1. Aprovada as demonstrações financeiras da Companhia, referente ao exercício findo em 31/12/2024. 2. Aprovado que o lucro líquido do exercício findo em 31/12/2024 no montante de R\$ 12.408,88 teve a seguinte destinação: Conta: Reserva especial de lucros; R\$: 12.408,88. Total: 12.408,88. 3. Os membros da Diretoria renunciam ao direito de recebimento de honorários por serem remunerados por outra empresa do grupo. Nada mais. São Paulo, 22/04/2025. JUCESP nº 169.536/25-7 em 19/05/2025. Aloizio E. Soares Junior - Secretário Geral em Exercício.

RCB Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 08.823.301/0001-27 – NIRE 35.300.341.856

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 09 de maio de 2025

Data, Hora e Local: 09/05/2025, às 09:30 horas, na sede social da Companhia. Convocação e Presença: Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas. Mesa: Presidente: Danilo Biraghi Letáif; Secretário: Walter Lemann Cahen. Deliberações tomadas por unanimidade: 1. Consignar as renúncias dos Srs. (i) Alexandre do Rosário Nobre, RG nº 36.633.632-0/SSP/SP e CPF/MF nº 265.011.088-02; (ii) Renato Prouença Prudente de Toledo, RG nº 26.417.800-2/SSP/SP e CPF/MF nº 325.781.108-08; e (iii) Marcos Baviera Marcos, RG nº 63.353.387-7/SSP/SP e CPF/MF nº 070.165.807-09; aos cargos de membro do Conselho de Administração, conforme cartas de renúncias enviadas por cada um dos renunciantes; 2. A composição do Conselho de Administração da Companhia, eleito na Assembleia Geral Ordinária de 29.04.2025, passará a ser a seguinte: André Luis Duarte de Oliveira; Edson Marcelo Moreto (Presidente); Júlio Cardoso Paixão; Pedro Lins Meira Quintão, todos os mandatos com vigência até a realização da Assembleia Geral Ordinária de 2027. 3. Aprovar a reforma total do Estatuto Social da Companhia. Encerramento: Nada mais a ser tratado. Mesa: Sr. Danilo Biraghi Letáif (Presidente); Sr. Walter Lemann Cahen (Secretário). Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 200.370/25-0 em 05/06/2025. Aloizio Epifanio Soares Junior – Secretário Geral em Exercício.

NEGÓCIOS

Superintendência do Cade aprova compra de fatia do Master pelo BRB



A Superintendência-Geral do Cade (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) aprovou nesta terça-feira (17) a compra de uma fatia do Master pelo banco estatal BRB (Banco de Brasília). A operação depende agora do aval do Banco Central.

As empresas receberam um sinal verde sem restrições por parte do superintendente-geral do Cade, Alexandre Barreto. Com isso, não será necessário que nenhuma delas tome atitudes adicionais em prol da concorrência -como se desfazer de determinados ativos, por exemplo.

De acordo com Barreto, o negócio não cria prejuízos ao ambiente concorrencial.

A participação conjunta nos mercados fica abaixo de 20% (nível a partir do qual se presume posição dominante e, por consequência, possibilidade de exercício de poder de mercado).

Segundo as informações prestadas pelas partes, há um rol de empresas do Master que não serão adquiridas pelo BRB. Pela análise feita até agora por Barreto, mesmo que se considerassem esses ativos, a participação nos mercados afetados continuaria abaixo de 10%.

Serão segregadas em uma nova empresa, chamada de Master Serviços, uma série de companhias que permanecerão sob o guarda-chuva do banqueiro Daniel Vorcaro (atual dono

do Master). São elas Banco Master de Investimento, KOVR, Master Patrimonial, Mombaça, NK 031 e Santa Ester Empreendimentos e Participações.

A decisão do Cade deve ser publicada nesta quarta (18) no Diário Oficial da União. A operação ainda pode ser puxada (avocada) por algum conselheiro que discorde da decisão da Superintendência-Geral, o que faria o caso ser julgado pelo tribunal do antitruste.

A compra ainda precisa ser validada pelo BC por ser no ramo financeiro. A autarquia tem um prazo de quase um ano para analisar, mas tem demonstrado interesse em uma resolução rápida para o assunto.

Folhapress

Leão lança Matte Guaraná de olho na demanda por energéticos naturais

A Leão anunciou o novo sabor da sua linha de produtos: o Matte Guaraná.

Pensando nos sabores amazônicos, o novo produto quer conquistar os consumidores de bebidas mais saudáveis e energéticas, já que o guaraná é conhecido por suas propriedades energizantes e de foco mental, por conta da cafeína.

“Apostamos na brasilidade como diferencial em nossa busca por oferecer produtos saudáveis. Ervas como a erva-mate tostada e o guaraná são parte essencial da nossa tradição e das preferências dos brasileiros”, afirma Marcelo Correa, CEO da Leão.

O novo sabor integra a linha Matte Leão, que já inclui sabores como Original,

Laranja, Limão, Pêssego e Canela. A embalagem contém 25 sachês que rendem 240ml cada.

Desde 2020, a Leão tem se destacado com um crescimento constante, superando a média do mercado. Segundo dados da Nielsen, enquanto o mercado de chás cresceu 5,9% em 2024, a Leão avançou 11%.

Fabio Moreno, Head Comercial da Leão, reforça: “Acreditamos que na busca dos consumidores por produtos mais saudáveis, a brasilidade de nossas frutas e ervas são um grande diferencial. Tanto o guaraná quanto a erva-mate são muito populares e agradam o paladar dos brasileiros e, por isso, passam a fazer parte do nosso portfólio de Matte Leão.”

IstoÉDonheiro



Acordo automotivo entre Brasil e Argentina é ampliado com tarifa zero para autopeças



O presidente em exercício, ministro Geraldo Alckmin, assinou nesta terça-feira, 17, um decreto que amplia o acordo automotivo entre Brasil e Argentina, flexibilizando as condições de acesso ao mercado entre os dois países para ônibus, vans e caminhões com até 5 toneladas. O ato foi publicado no Diário Oficial da União (DOU) desta terça-feira.

O decreto também retoma a redução a zero das tarifas de importação de autopeças não produzidas no País. Em contrapartida, as empresas que utilizarem este benefício ficam obrigadas a investir 2% do valor dessas importações

em pesquisa, inovação ou programas industriais prioritários para o setor automotivo.

O documento incorpora à legislação brasileira o 46º Protocolo Adicional ao Acordo de Complementação Econômica (ACE) nº 14. O Protocolo foi firmado entre Brasil e Argentina em 29 de abril deste ano, a partir de negociações que envolveram o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC) e o Ministério das Relações Exteriores (MRE). Por sua vez, o ACE-14, que traz regras para o comércio automotivo entre os dois países, foi assinado em 1990 e vem sendo suces-

sivamente aprimorado.

“Além de melhorar as condições de acesso a mercados e desonerar a importação de autopeças não produzidas localmente, o 46º Protocolo Adicional atualiza a classificação dos produtos e aprimora os critérios sobre regras de origem, que determinam se um item é realmente fabricado em um dos dois países”, diz o MDIC em nota.

De acordo com Alckmin, essa é uma medida que aprimora o acordo automotivo entre Brasil e Argentina, facilita o comércio, reduz custos e aumenta a competitividade da indústria brasileira.

IstoÉDonheiro